



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

PRÁTICAS CORPORAIS COMO CAMPO DE DISPUTA: análise discursiva da trajetória do conceito na legislação educacional e na literatura da Educação Física

Leandro Bianchini, George Saliba Manske
Educação Física - Educação Física

Esta pesquisa analisa a trajetória do conceito de práticas corporais na legislação educacional brasileira e na produção acadêmica da Educação Física, entre 1994 e 2024. Partindo do reconhecimento de que o termo ocupava posição secundária nas concepções críticas dos anos 1980-1990, o estudo investiga como sua apropriação pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um esvaziamento de seu potencial crítico e político, reduzindo-o a competências técnicas alinhadas a perspectivas neoliberais. Por meio de uma análise da literatura e análise documental, identificam-se as transformações semânticas e os embates teórico-políticos que marcam a história do conceito. Os resultados preliminares indicam que a noção de práticas corporais foi inicialmente subsumida a constructos como "cultura corporal" e "cultura de movimento", ganhando densidade conceitual apenas tardiamente, em meio a disputas entre projetos pedagógicos antagônicos. Conclui-se que a trajetória do conceito reflete tensões mais amplas no campo da Educação Física, entre perspectivas emancipatórias e tendências tecnicistas em consonância com o uso instrumental pela BNCC, com diretas implicações para a prática pedagógica.

Introdução

A Educação Física escolar tem se constituído, nas últimas décadas, como espaço privilegiado de debates epistemológicos e pedagógicos, nos quais se destaca o processo de emergência e consolidação das práticas corporais como categoria analítica central. Esse percurso revela não apenas transformações paradigmáticas no campo, mas também profundos embates acerca dos significados políticos, culturais e educativos atribuídos ao corpo e ao movimento no contexto escolar. Durante o período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990, em que o Movimento Renovador da Educação Física (Darido, 2003; Bracht, 1999) buscava superar os paradigmas tecnicistas e associar a disciplina a projetos de formação crítica, o termo "práticas corporais" ocupava uma posição periférica no vocabulário acadêmico da área. Conforme demonstrado pelas produções fundamentais desse período, o conceito em questão era apresentado de forma secundária, frequentemente reduzido a meros sinônimos de "atividades físicas" numa perspectiva instrumental, ou ainda como elemento complementar de constructos teóricos mais abrangentes, tais como "cultura de movimento" (Kunz, 1994), "cultura corporal" (Soares et al., 1992) e "cultura corporal de movimento" (Betti, 2007). Nesse contexto, as práticas corporais eram compreendidas como um recurso terminológico não problematizado em sua especificidade conceitual, carecendo de densidade teórica própria. A trajetória em questão não se mostra linear. Em contraste, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) é caracterizada por tensões: de um lado, as concepções crítico-progressistas, que enxergavam nas práticas corporais um potencial crítico e emancipatório; de outro, a apropriação do termo pela BNCC, que o esvazia parcialmente de seu caráter político, reduzindo-o a competências técnicas alinhadas a lógicas neoliberais (Neira, 2017). Paralelamente, outras perspectivas de problematização questionam o excessivo culturalismo do conceito, propondo uma virada ontológica que resgate a materialidade do corpo (Correia; Pich; Zoboli, 2024). Diante do exposto, o presente estudo visa cartografar as transformações do termo "práticas corporais", examinando seu papel nas concepções críticas da educação física, sua ressignificação na educação física cultural e na BNCC, embora de maneira distinta, e seu estatuto como conceito na contemporaneidade. A problemática central que orienta o estudo é: como os usos do conceito de práticas corporais em documentos legais (da LDB/1996 à BNCC/2018) e na produção acadêmica da área revelam os sentidos, contradições e disputas teórico-políticas de sua apropriação na educação física escolar contemporânea? A tese que se defende neste trabalho é a de que a trajetória do conceito de práticas corporais em documentos legais na Educação Física escolar brasileira revela uma disputa discursiva entre projetos antagônicos: de um lado, sua concepção como ferramenta de emancipação política e cultural; de outro, sua apropriação técnica pelos documentos oficiais, que o esvaziam de crítica ao convertê-lo em competências operacionais. Essa tensão se manifesta tanto nos silêncios quanto nas ressignificações do termo, demonstrando como a educação física escolar tem sido



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

um campo de batalha entre perspectivas pedagógicas divergentes. O objetivo geral consiste em compreender como o conceito de práticas corporais foi produzido e utilizado em documentos legais e na produção acadêmica da área, evidenciando os sentidos, contradições e disputas teórico-políticas que marcam sua apropriação na educação física escolar contemporânea.

Método

Trata-se de um estudo teórico, baseado em análise documental e revisão crítica de artigos e obras do campo da educação física escolar que correlacione com vários usos do conceito de práticas corporais. As fontes documentais incluem a legislação educacional brasileira, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/1996 até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, passando por documentos intermediários como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Orientações Curriculares. Os critérios de seleção das fontes priorizam produções representativas e relevantes nos debates sobre educação física escolar e a utilização do termo práticas corporais, com especial atenção às obras fundadoras do campo crítico e aos estudos recentes que problematizam a apropriação do conceito na BNCC. Os procedimentos de análise se darão em busca da compreensão de uma análise discursiva, com foco nas transformações semânticas, nos silêncios e nas ressignificações do conceito ao longo do tempo. Tal análise busca identificar continuidades e rupturas no tratamento do termo, tanto nos documentos oficiais quanto na literatura acadêmica, com o objetivo de cartografar as disputas teórico-políticas que marcam sua trajetória.

Resultados e Discussões

Os resultados preliminares da análise indicam que o conceito de práticas corporais ocupava uma posição claramente secundária no debate da Educação Física durante os anos 1980-1990, ofuscado pela hegemonia da noção de "cultura corporal". Como evidenciam as obras fundamentais do período, o termo aparecia de forma esporádica e pouco sistemática, frequentemente reduzido a atividades através das quais se manifestava a cultura corporal, sem autonomia conceitual. Essa condição periférica refletia tanto as prioridades políticas do período, voltadas para a crítica das estruturas sociais, quanto as dificuldades teóricas em articular as análises macrossociais com a materialidade concreta das experiências corporais, que permaneciam subsumidas à noção mais ampla de cultura corporal como expressões particulares de um fenômeno social mais amplo. Existe um aumento significativo no uso do termo a partir dos anos 2000, coincidindo com a emergência de novas abordagens teóricas, como a Educação Física cultural (Neira, 2016), que buscaram resgatar a especificidade das práticas corporais como objeto de estudo e intervenção pedagógica. No entanto, essa maior visibilidade do conceito não significou necessariamente uma convergência teórica ou política. Pelo contrário, a análise preliminar dos documentos oficiais revela uma apropriação seletiva e por vezes contraditórias do termo. Enquanto nos PCNs ainda se observa uma forte influência das concepções críticas, com a noção de cultura corporal mantendo centralidade, na BNCC o termo práticas corporais ganha destaque, mas é, sobretudo, ressaltando um caráter técnico e instrumental, alinhado a lógicas de competências e à fragmentação do conhecimento (Neira, 2017). Essa transformação é particularmente evidente na maneira como a BNCC organiza os objetos de conhecimento da Educação Física em "unidades temáticas" e "práticas corporais", desvinculando-as de seus contextos socioculturais e políticos de produção. Os resultados iniciais sugerem, portanto, que a trajetória do conceito de práticas corporais na legislação educacional brasileira é marcada por uma tensão constante entre projetos pedagógicos antagônicos: de um lado, uma perspectiva crítica e emancipatória, que vê nas práticas corporais um potencial de transformação social; de outro, uma perspectiva técnica e instrumental, que as reduz a habilidades e competências mensuráveis. Essa disputa não é apenas semântica, mas reflete conflitos mais amplos sobre o papel da escola e da Educação Física na sociedade contemporânea.

Considerações Finais

Os achados preliminares desta pesquisa indicam que a trajetória do conceito de práticas corporais na legislação educacional e na literatura da Educação Física é marcada por disputas discursivas que refletem tensões mais amplas no campo educacional. A apropriação do termo pela BNCC representa um ponto de inflexão nessa trajetória, na medida em que opera uma certa ressignificação do conceito, esvaziando-o de seu potencial crítico e político e reduzindo-o a competências técnicas alinhadas a lógicas neoliberais. Essa transformação não é aleatória, mas insere-se num contexto mais amplo de mercantilização da educação e de reconfiguração do papel do Estado na regulação curricular. Compreender essas transformações é fundamental para repensar o lugar das práticas corporais na educação física escolar contemporânea e para contrapor-se a projetos pedagógicos que negam a dimensão política da educação. O estudo contribui para



**24º SEMINÁRIO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

13º Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3º Jornada de Tecnologia e Inovação

cartografar as disputas teórico-políticas que marcam a história recente da educação física brasileira, oferecendo elementos para uma crítica fundamentada às tendências hegemônicas no campo curricular. As limitações do estudo relacionam-se principalmente com o recorte temporal e com a seleção das fontes, que prioriza documentos oficiais e produção acadêmica representativa, mas não esgota a complexidade do debate.

Palavras-chave: práticas corporais; educação física escolar; legislação educacional

Referências

- BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**: a educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedes**, ano XIX, n.48, ago./1999, p. 69-88.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.
- CORREIA, E. S.; PICH, S.; ZOBOLI, F. Corpo, cultura e correlacionismo: a ontologia como contrapeso da atividade epistemológica da Educação Física. **Motrivivência**, v. 36, n. 67, p. 1-26, 2024.
- DARIDO, S. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994. NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**. São Paulo: Blucher, 2016.
- . Terceira versão da BNCC: Retrocesso político e pedagógico. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**, 20., 2017, Vitória. Anais... Vitória: CBCE, 2017. p. 2974-2978.
- SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)